

CONTRATO N.º 45/SRAAC/2025 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA PARA A CASA DOS FÓSSEIS // CENTRO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL DALBERTO POMBO, ILHA DE SANTA MARIA – LOTE 3 -------

PRIMEIRO: ALONSO TEIXEIRA MIGUEL, na qualidade de Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, outorga em nome e em representação da REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES e da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática, pessoa coletiva com o número n.º 600.087.018, adiante designado por PRIMEIRO OUTORGANTE.

SEGUNDO: **JOÃO MIGUEL FIGUEIREDO RAPOSO**, na qualidade de prestador de serviços em nome individual, com o número de identificação fiscal **219.403.970**, com poderes bastantes para a realização do presente ato, adiante designado por SEGUNDO OUTORGANTE.

Verificou-se a identidade das partes intervenientes no presente contrato. ------

Disse o PRIMEIRO OUTORGANTE que pela sua representada, a Região Autónoma dos Açores, através da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática, outorga o presente contrato, após a realização de procedimento por CONCURSO PÚBLICO N.º 3/SRAAC/2025, realizado nos termos do disposto nos artigos 10.º e 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua versão atual, adiante designada por LTFP, das alíneas b) do n.º 1 e e) do n.º 2 do artigo 14.º, bem como da alínea b) do artigo 20.º, todos do Regime Jurídico dos Contratos Públicos da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, na sua redação em vigor, doravante designado por RJCPRAA, e do n.º 1 do artigo 36.º, do artigo 38.º e dos artigos 130.º e seguintes, todos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2009, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor, doravante designado por CCP, com o SEGUNDO OUTORGANTE, de acordo com os despachos de adjudicação e de aprovação da minuta do contrato para o LOTE 3 do Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, ambos de 21 de julho de 2025, exarados na distribuição SGC0100/2025/7524, o presente contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA PARA A CASA DOS

Cont-SRAAC/2025/45 Página 1 de 7



FÓSSEIS // CENTRO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL DALBERTO POMBO, ILHA DE SANTA MARIA, nas condições das cláusulas seguintes: ------

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O presente contrato tem por objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA PARA A CASA DOS FÓSSEIS // CENTRO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL DALBERTO POMBO, ILHA DE SANTA MARIA — LOTE 3, nos termos definidos no Caderno de Encargos do Concurso Público n.º 3/SRAAC/2025 PARA A CELEBRAÇÃO DE TRÊS CONTRATOS DE "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS, NA MODALIDADE DE AVENÇA - CENTRO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL DO BOQUEIRÃO (ILHA DAS FLORES), CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DA SERRA DE SANTA BÁRBARA (ILHA TERCEIRA) E CASA DOS FÓSSEIS // CENTRO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL DALBERTO POMBO (ILHA DE SANTA MARIA)". --------

CLÁUSULA SEGUNDA:

d)

3-

Cont-SRAAC/2025/45

Assegurar as visitas às exposições patentes, aquando de solicitações de

Assegurar a dinamização, consciencialização e concretização de ações de

Página 2 de 7

grupos escolares ou de outra natureza; -----

segunda-feira a domingo). -----

CLÁUSULA TERCEIRA:

1- O encargo financeiro global com o presente Contrato, que corresponde ao preço global
nos termos da proposta do SEGUNDO OUTORGANTE e que faz parte integrante do
presente Contrato, é no valor de 58.212,00€ (cinquenta e oito mil, duzentos e doze
euros), ao qual acresce o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor,
quando legalmente exigido
2- O encargo financeiro mensal com o presente Contrato, que corresponde ao preço
mensal nos termos da proposta do SEGUNDO OUTORGANTE e que faz parte integrante
do presente Contrato, é no valor de 1.617,00 € (mil, seiscentos e dezassete euros) , ao
qual acresce o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, quando
legalmente exigido
3- O encargo financeiro referido no número 1 é repartido do seguinte modo:
a) o montante de 8.085,00 € (oito mil e oitenta e cinco euros) , a que acresce IVA à taxa
legal em vigor, quando legalmente exigido, para o ano económico de 2025;
b) o montante de 19.404,00 € (dezanove mil, quatrocentos e quatro euros), a que
acresce IVA à taxa legal em vigor, quando legalmente exigido, para o ano económico de
2026;
c) o montante de 19.404,00 € (dezanove mil, quatrocentos e quatro euros), a que
acresce IVA à taxa legal em vigor, quando legalmente exigido, para o ano económico de
2027;
d) e o montante de 11.319,00 € (onze mil, trezentos e dezanove euros) , a que acresce
IVA à taxa legal em vigor, quando legalmente exigido, para o ano económico de 2028
4- Os compromissos plurianuais referidos no número anterior foram autorizados por
despacho do Senhor Diretor Regional do Orçamento e Tesouro, de 23 de julho de 2025,
no uso de competências delegadas através do Despacho n.º 705/2024, de 15 de abril, do
Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
5- Ao encargo financeiro foi atribuído o número de compromisso G052502099 para o ano
económico de 2025

CLÁUSULA QUARTA:

1 – Os pagamentos ao SEGUNDO OUTORGANTE dos serviços objeto do presente
 Contrato são liquidados de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos, bem como



de acordo com as disposições legais que regulam a realização e processamento de
despesas na Administração Pública
2- Os pagamentos pela prestação de serviços, são mensais e sucessivos, vencidas as
obrigações contratuais na periodicidade estabelecida e de acordo com os preços mensais
constantes da proposta adjudicada
3- As quantias devidas pelo PRIMEIRO OUTORGANTE, serão pagas mediante a receção
das respetivas faturas, as quais só poderão ser emitidas após o vencimento das respetivas
obrigações
4- Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados
nas faturas, deve este comunicar ao SEGUNDO OUTORGANTE, por escrito, os respetivos
fundamentos, ficando o SEGUNDO OUTORGANTE obrigado a prestar os esclarecimentos
necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida
5- Nenhum pagamento poderá ser efetuado antes de o contrato ser publicitado, nos termos
do previsto no artigo 127.º do CCP
6- O PRIMEIRO OUTORGANTE deduzirá nos pagamentos a efetuar ao SEGUNDO
OUTORGANTE, caso tal se verifique:
a) As importâncias necessárias à liquidação das multas que lhe forem
aplicadas;
b) Todas as demais quantias que sejam legalmente exigíveis
7- Não serão efetuados adiantamentos ao SEGUNDO OUTORGANTE
8- Não serão efetuados pagamentos de prémios ao SEGUNDO OUTORGANTE
CLÁUSULA QUINTA:
Não foi exigida prestação de caução ao SEGUNDO OUTORGANTE, ao abrigo do disposto
no n.º 2 do artigo 43.º do RJCPRAA.
CLÁUSULA SEXTA:
Foi designada como gestora do presente Contrato, nos termos e para os efeitos do artigo
290.º-A do CCP e da alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º do CCP,



CLÁUSULA SÉTIMA:

O SEGUNDO OUTORGANTE obriga-se a manter absoluto sigilo de toda a informação e documentação a que tiver acesso no âmbito da presente prestação de serviços. ------

CLÁUSULA OITAVA:

1 – O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato, confere à outra parte, nos termos gerais do direito, o direito de extinguir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
 2 – O direito de resolução pelo SEGUNDO OUTORGANTE é exercido apenas por via judicial.

CLÁUSULA NONA:

Para qualquer questão emergente do presente contrato é competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada. ------

CLÁUSULA DÉCIMA:

Em tudo o que estiver omisso no presente contrato aplica-se a LTFP, o RJCPRAA e subsidiariamente o CCP, considerando-se integrados no presente Contrato, o Programa do Procedimento, o Caderno de Encargos, a proposta do SEGUNDO OUTORGANTE e quaisquer documentos que sejam mencionados no Contrato ou no Caderno de Encargos.-

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

- 1 O presente contrato produz efeitos a partir da data de notificação ao SEGUNDO OUTORGANTE da celebração do mesmo, devendo os serviços serem prestados durante
 36 (trinta e seis) meses.
- 3- O presente contrato não está sujeito à fiscalização prévia do Tribunal de contas, nos termos do artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação em vigor.

Cont-SRAAC/2025/45 Página 5 de 7



4 - O SEGUNDO OUTORGANTE, o prestador de serviços em nome individual JOÃO MIGUEL FIGUEIREDO RAPOSO, apresentou cópia da certidão passada pelo Serviço de Finanças de Vila do Porto, datada de 25 de julho de 2025, da Autoridade Tributária e Aduaneira, comprovativa da situação contributiva regularizada perante a Fazenda Pública, conforme documento anexo ao presente Contrato, bem como, declaração emitida pelo Instituto de Segurança Social dos Açores, IPRA, de 25 de julho de 2025, a atestar a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, conforme documento anexo ao presente Contrato.

Ambos os outorgantes, na qualidade em que intervêm, aceitam o presente contrato a cujo cumprimento se obrigam.

Este contrato vai ser elaborado numa via, partilhada, ficando um exemplar com cada um dos representantes legais das partes.

Este contrato vai ser assinado digitalmente, sendo o mesmo válido a partir da data da última assinatura e iniciando a sua produção de efeitos a partir da data de notificação ao SEGUNDO OUTORGANTE da celebração do contrato.

PRIMEIRO OUTORGANTE

Assinado por: Alonso Teixeira Miguel Num. de Identificação Data: 2025.07.31 16:43:32+00 00' Certificado por: Governo Regional dos Açores Atributos certificados: Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática



O SECRETÁRIO REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA (ALONSO TEIXEIRA MIGUEL)



SEGUNDO OUTORGANTE

Assinado por: João Miguel Figueiredo Raposo
Num. de Identificação:
Data: 2025 07.31 10:33:49+00'00'
CHAVE MÓVEL

O PRESTADOR DE SERVIÇOS EM NOME INDIVIDUAL (JOÃO MIGUEL FIGUEIREDO RAPOSO)